

A subida do preço dos principais produtos agrícolas na presente campanha de comercialização, poderá retrair os intervenientes.

## Em Muembe

# Administradora distrital cancela entrega de cheque comunitário

Num acto de arrogância, a administradora do distrito de Muembe, Ana Ismael, mandou cancelar ontem dia 28, a entrega de um cheque comunitário no valor de 20 mil USD à comunidade de Chiconono.

Tudo pronto para a cerimónia, convidados, régulos, e população em geral a espera do acto, eis que se surge a decisão: está adiada a cerimónia.

Ana Ismael que está em Muembe há cerca de três meses, entrou assim para a lista de desmandos na administração pública.

Informações colhidas pelo jornal **FAÍSCA** em Chiconono, apontam que a administradora está em Maputo em assuntos familiares.

“A cerimónia está adiada para uma data a anunciar, a senhora administradora disse que quer ser ela a entregar o cheque”, disse um funcionário ligado ao processo, visivelmente agastado com o cancelamento.

O cheque de 20 mil USD não é do Governo, provem da empresa de reflorestamento industrial que opera em Chiconono, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Comunitário.

Entretanto, os régulos, não gostaram da brincadeira da administradora. Segundo eles, poderia ter anunciado há muito tempo e não esperar em cima da hora.

Cerca de 30 por cento de funcionários da Direcção Provincial de Saúde do Niassa estão infectados com o vírus do HIV/SIDA.

## Em Metarica, Mandimba e Mecanhelas

# PROMER reabilita estradas rurais

Facilitar acesso aos mercados agrícolas é objectivo do programa do Governo moçambicano

Saúde no Niassa**HIV/SIDA atinge 30 por cento de funcionários**

Cerca de 30 por cento de funcionários da Direcção Provincial de Saúde do Niassa estão infectados com o vírus do HIV/SIDA.

Estes dados foram revelados à margem do XXVI Conselho Coordenador Provincial de Saúde, realizado recentemente em Lichinga.

O Medido Chefe Provincial, Larson Daniel, confirmou estes números a jornalistas, tendo dito que o cenário é

complicado, porque atinge todos sectores.

“Estes dados obtivemos através de testagem voluntária do HIV/SIDA que fizemos em toda a província de forma aleatória. Começamos de forma anónima, os funcionários foram fazendo os testes e temos esta realidade. Temos 30 por cento de funcionários nossos com



HIV/SIDA. Alguns já estão a fazer o tratamento, outros ainda estão hesitantes”, disse Larson Daniel.

Com este cenário, a Direcção Provincial de Saúde, trabalha no sentido de criar pontos focais em cada distrito, os quais vão trabalhar na sensibilização dos colegas para fazerem o teste de forma voluntária.

“Alguns funcionários não tem o receio de partilhar com os colegas de que estão com o HIV/SIDA positivo, estão em tratamento e registam evolução positiva,” sublinhou.

Apesar deste mal, ainda não há o registo de mortes originado pelo HIV/SIDA, mas sim com doenças associadas.

**S. Rafael**

Leia e divulgue o jornal **FAISCA**

Único jornal electrónico na província do Niassa!  
**Estamos também no facebook**

Contcte-nos: [faiscacoop\\_jornal@yahoo.com.br](mailto:faiscacoop_jornal@yahoo.com.br)

Avenida Julyus Nyerere  
(oficina do ICM). Cidade de  
**L i c h i n g a**

**12 Anos de Informação para o desenvolvimento!**

## Reflorestamento industrial

# New Forests plantou três mil hectares

- Comunidades beneficiam de investimentos

Por Suizane Rafael

*A empresa florestal New Forests em Chiconono, distrito de Muembe, já procedeu a plantação de três mil hectares de pinheiro e eucalipto no âmbito do reflorestamento industrial.*

*O director de plantação da New Forests, Clive Scheepers, afirmou que os trabalhos decorrem dentro da normalidade o que encoraja os investidores.*

*Iniciada em 2007 a plantação de Chiconono, é uma das poucas zonas onde se faz o plantio em áreas totalmente degradadas.*

Afirmou que a New Forests irá gradualmente estabelecer uma unidade de processamento a medida que as plantas crescem.

Nu m horizonte de 10 anos a unidade de processamento já estará estabelecida nesta zona do interior da província do Niassa.

“As infra-estruturas de apoio vão sendo estabelecidas gradualmente, pensamos que em 10 anos já teremos concluído. Plantamos três mil hectares de pinheiro e eucalipto, numa área total de 20 mil

hectares. A nossa meta é trabalhar em 15 mil hectares nesta zona de Ligogolo,” disse Clive Scheepers.

Como resultado deste investimento privado na zona, 530 trabalhadores maioritariamente locais têm emprego permanente em Chiconono.

### Queimadas descontroladas

As queimadas descontroladas são o inimigo das plantações florestais. Para isso, a empresa investiu em equipamentos de combate aos incêndios e trabalhos de prevenção.

Em 2010 foram perdidos 18 hectares de plantação por fogo accidental da empresa e das comunidades.

comunidades de Chiconono em acções de desenvolvimento.

Desde 2010 que anualmente a empresa disponibiliza 20 mil dólares para o Fundo de Desenvolvimento Comunitário.

Antes foram construídas, uma maternidade, uma escola primária fontes de água.

“Temos o investimento comunitário que é grande, fizemos uma escola primária, maternidade, estamos a treinar as comunidades e os próprios trabalhadores. Somos líderes em desenvolvimento comunitário no seio das empresas

florestais que operam na província do Niassa. Para 2011 o nosso grande projecto comunitário é a reabilitação da Escola Secundária de Chiconono. Temos colaboração das comunidades e estamos satisfeitos por isso,” sublinhou.

No âmbito do Fundo de Desenvolvimento Comunitário, esta semana seria entregue um cheque no valor de 20 mil dólares às comunidades locais. Este é o segundo cheque que a New Forest desembolsa desde 2010.



**Pinheiro plantado em Chiconono**

“Temos estado a falar com as comunidades, régulos a cerca das queimadas. É um grande risco para as plantações e para a empresa, estamos encorajados com os resultados que temos no combate às queimadas e a colaboração das comunidades. Fizemos quebra-fogos e treinamos as equipas de trabalho. Em Agosto próximo vamos lançar um programa de combate às queimadas,” sublinhou.

### Desenvolvimento comunitário

A par das plantações florestais, a New Forests está a apoiar as

Comercialização agrícola

# Preço de produtos dispara no Niassa

- *AMODER apoia intervenientes*

Por Suizane Rafael

***A subida do preço dos principais produtos agrícolas na presente campanha de comercialização, poderá retrain os intervenientes.***

***Esta informação veio a lume durante o lançamento oficial da campanha de comercialização agrícola há dias na cidade de Lichinga.***

***O feijão manteiga, milho branco são os produtos que registam uma subida considerável nesta altura do ano.***

## A campanha

A campanha de comercialização arrancou na primeira quinzena do mês de Junho findo a nível da província do Niassa.

Espera-se que sejam comprados 47.675 toneladas de produtos diversos, com o destaque

para milho, feijões, gergelim, batata Reno entre outras.

As culturas de rendimento tradicionais como algodão e tabaco irão contribuir com 25.479 toneladas.

O Director Provincial de Indústria e Comércio, Horácio Linaula, disse que o problema do Niassa é a compra. O preço está alto e pode fazer desanimar os compradores.

“Desafio para o Niassa é o problema da compra, o preço dos



Carregamento de feijão

produtos está alto e não é atractivo para atingir as 47 mil toneladas. Os camponeses têm muito produto, mas não estão a libertar e não sabem como vender,” disse Linaula.

Nesta altura do ano, a lata de 20 litros de feijão manteiga custa 500,00Mt, o milho custa 90,00Mt, tendo chegado até aos 120,00Mt.

Apesar do discurso optimista do Governo, a realidade no terreno continua a ser difícil para os compradores.

Um comerciante a operar em Sanga, disse ao jornal FAISCA que a diferença com a cidade de Lichinga é mínima. O custo de transporte é uma das barreiras para os intervenientes da comercialização agrícola.

Horácio Linaula adiantou que há esforços do executivo para monitorar o preço dos produtos, mas que com a economia livre, as regras são ditadas pelo mercado.

No entanto reconhece que o preço dos produtos é alto no campo assim como na cidade, o que exige uma reflexão a volta deste assunto.

“O Governo está a monitorar o preço dos produtos, foram abertas feiras agro-comerciais para facilitar a venda justa dos excedentes agrícolas. A partir deste ano teremos fóruns de consulta sobre a comercialização na província. A entrada do PROMER vai





trazer nova dinâmica neste processo de comercialização, mas também não podemos esquecer o papel da AMODER na comercialização na província” disse Linaula.

### **Silos no papel**

Desde 2009 que se fala da construção de silos para a armazenagem de cereais com o destaque para o milho nas cidades de Cuamba e Lichinga.

Do papel para a concretização da iniciativa há uma travessia no deserto. Em Cuamba somente foram

colocados os componentes dos futuros silos em armazéns.

Foi feita uma demarcação do local, mas nada foi feito até nos dias de hoje, para conter a venda desenfreada de cereais no vizinho Malawi.

Sobre este assunto, Horácio Linaula, voltou a prometer que serão construídos os famosos silos em Lichinga e Cuamba.

### **AMODER dá 2.500 Mil em créditos**

O maior interveniente de comercialização agrícola na província do Niassa, a Associação Moçambicana de Desenvolvimento Rural

(AMODER), disponibilizou para a presente campanha um total de 2.500.000Mt em créditos.

Este valor enquadra-se no âmbito da sua política de micro-créditos desenvolvida na província do Niassa.

Uma parte deste dinheiro está sendo aplicado na comercialização agrícola em curso, processo que conta com a intervenção de 83 intervenientes.

Na cidade de Lichinga existe o grande armazém operado em consórcio com a Export Marketing, que entretanto já está em curso.

## Moçambique e Tanzânia operacionalizam cooperação

Moçambique e Tanzânia decidiram, vão operacionalizar, com urgência, os acordos celebrados entre os dois países no domínio de defesa.

Esta decisão foi tomada em Mtwara, Tanzânia, durante as conversações oficiais entre os Ministros de Defesa Nacional de Moçambique e de Tanzânia, Filipe Nyusi e Hussein Ali Mwinyi, respectivamente, onde passaram em revista a cooperação bilateral entre os dois países costeiros no domínio de defesa.

O Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi encontra-se, desde o passado dia 23 de Julho, a efectuar uma visita de trabalho à República Unida da Tanzânia, a convite do seu homólogo.

Naquele país vizinho e irmão, Filipe Nyusi participou, ontem, em Mtwara, na cerimónia do Dia dos Heróis dirigida pelo Presidente da República, Jakaya Kikwete, tendo em seguiu oferecido almoço aos membros do Governo, às Forças Armadas e a outros dignitários convidados incluindo a delegação moçambicana. Em comemoração do Dia dos Heróis, esta segunda-feira, o Presidente Jakaya Kikwete depositou uma coroa de flores no Monumento erguido em memória aos 101 soldados que tombaram pela libertação de Moçambique, na região de Naliendele, em Mtwara.

No prosseguimento da sua agenda de trabalho em Tanzânia, o Ministro da Defesa Nacional está a efectuar visitas à diversas unidades militares, nomeadamente, academias militares, indústria de defesa, Centro de Serviço Cívico da Tanzânia, devendo hoje escalar o Staff College e Academia Militar de Monduli, em Arusha.

Na sua deslocação à Tanzânia, o Ministro da Defesa Nacional faz-se acompanhar de quadros séniores do Ministério e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Em Metarica, Mandimba e Mecanhelas

# PROMER reabilita estradas rurais

Por Lino Sousa Mucuruza

*O programa de Promoção de Mercados Rurais (PROMER) vai reabilitar as estradas rurais dos distritos de Mandimba, Metarica e Mecanhelas a partir deste ano.*

*Para o efeito, foi lançado semana finda na cidade de Cuamba, o programa de estradas, onde tomaram parte os Governos Distritais dos distritos beneficiários e quadros seniores da Administração Nacional de Estradas (ANE).*

O PROMER tem como objectivo contribuir para melhorar a vida das famílias rurais, ajudando os pequenos agricultores a aumentar a sua renda através da comercialização rentável dos seus excedentes agrícolas.

Para isso, a intervenção nas infra-estruturas como estradas rurais é apontado como sendo uma prioridade em Mecanhelas, Mandimba e Metarica.

Foi assinado um memorando de entendimento entre a PROMER e Administração Nacional de Estradas (ANE) de modo a monitorar as estradas definidas como importantes para a comercialização que serão reabilitadas e construídas.

Neste processo a ANE terá como actividades abertura de concursos para os empreiteiros ao nível das delegações provinciais e controle das vias que serão construídas e reabilitadas nestes locais que a PROMER definiu.

Segundo o coordenador do programa ao nível da ANE sede na Direcção de Manutenção Eng<sup>o</sup> Laytone Melo, o programa vai trazer um impacto positivo uma vez que o

objectivo do programa é de tornar as vias de acesso mais transitáveis para o escoamento de produtos para vender em outros distritos como também províncias circunvizinhas e também vai ajudar em outros fins não só sendo o escoamento de produtos agrícolas e

da Zambézia e Nampula. “Em Cabo Delgado ainda não se fez o lançamento e agora queremos implementar aqui no Niassa”, disse Carla Honwana.

A nossa fonte acrescentou que os concursos serão lançados pelas delegações provinciais da ANE com a



assim as províncias terão um intercâmbio económico.

Por sua vez Carla Honwana representante do PROMER a nível da província de Maputo disse que o principal objectivo é fazer a reabilitações tendo algumas actividades já iniciado nas províncias

primeira experiencia feita na Zambézia e em Nampula foram construídas cerca de 120Km de estradas.

“Não é uma construção de raiz é apenas uma reabilitação o programa foi desenhado para seis distritos da

*(Continua na página 7)*

(Continuação da página 6)

zona Sul. Na zona Norte houve um programa anterior nestes distritos mais também não podemos estender a outros distritos porque apenas é para continuar com os trabalhos que já iniciados”, indicou.

De acordo com o coordenador da PROMER no Niassa, Sérgio Neto Nemba, foram escolhidos os distritos de Mandimba, Mecanhelas e Metarica por não terem beneficiado de programas anteriores.

Afirmou ainda que no vizinho distrito de Ribáuè, em Nampula, foram feitos trabalhos nas estradas rurais.

“No Niassa vamos fazer o mesmo com os distritos de Mandimba, Metarica, Mecanhelas, estes são prioritários e basicamente são estes distritos que serão abrangidos pelas reabilitações e construções das vias de acesso. Com a intervenção o ganho é que os distritos tenham vias de acesso e também vai beneficiar as populações dos mesmos distritos. Queremos atingir as mulheres e os pequenos agricultores”, disse Nemba.

Neste processo, o PROMER vai trabalhar com as Delegações Provinciais da ANE e o Fundo de Estradas.

O PROMER terá a duração de sete anos, está orçado com cerca de 7 milhões de USD e já opera nas províncias da Zambézia de Nampula e agora no Niassa. O próximo será a província de Cabo Delgado.

O programa tem o financiamento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD), AGRA, Comissão Europeia e Governo de Moçambique.

Espera-se que cerca de 20.000 pequenos produtores vão beneficiar do PROMER trata-se de 670 associações e 375 comerciantes e cerca de 450.000 famílias.

O programa tem como objectivo melhorar as vidas das famílias rurais ajudando os pequenos agricultores que praticam a agricultura de semi-subsistência a aumentar a sua renda através da comercializações

rentáveis dos seus excedentes agrícolas de modo a melhorar a participação de pequenos agricultores em mercados agrícolas e melhorar a eficiência do intermediário e a

efectividade das parcerias e estimular o aumento da produção agrícola e o valor acrescentado de produtos comercializados e criar um ambiente próprio a operações de mercados agrícolas.

## Maputo acolheu reunião do açúcar

A 12ª conferência sobre o açúcar teve lugar no início desta semana em Maputo. Os Países da África Caraíbas e Pacífico (ACP) produtores de açúcar reuniram-se para traçar estratégias rumo a um objectivo comum: colocação do seu produto no mercado da União Europeia.

O Primeiro Ministro, Aires Aly, discursando na abertura, indicou que a 12ª decorre numa altura em que os países buscam consensos para que a produção de açúcar contribua no comercio internacional.

O PM afirmou ainda que em Moçambique que, a agricultura ocupa o lugar cimeiro nas prioridades de políticas de desenvolvimento do Governo; todos os esforços estão orientados para a implementação dos programas deste sector, que é tido como a base de desenvolvimento económico do País.

“É neste contexto que temos vindo a envidar esforços no apoio ao surgimento e consolidação das pequenas e médias empresas do sector, bem como a assistência técnica aos produtores familiares sob várias formas, desde o fornecimento de insumos agrícolas, incentivo a iniciativas de grandes empresas em apoiar os pequenos produtores, a realização de feiras de produtos agrícolas, entre outras. Esta Conferência realiza-se num momento particular para o sector açucareiro no nosso País caracterizado por um crescimento significativo do volume de investimentos e de uma enorme carteira de projectos a serem implementados”, afirmou Aly.

Por outro lado, falou dos apoios que o executivo presta ao sector agrícola sobretudo no agro-processamento nos últimos tempos.

“Inserido na política de apoio ao sector agrícola e agro-processamento, o Governo da República de Moçambique tem ao longo dos últimos tempos, adoptado estratégias e programas visando a atracção de investimentos no sector do açúcar, que permitiram uma crescente presença no mercado internacional, traduzindo-se em 281.000 toneladas de açúcar em 2010 contra 39.000 toneladas em 1998.

Face à nova conjuntura internacional do mercado do açúcar, urge debater aspectos relativos a diversificação na indústria açucareira, adopção de tecnologias modernas visando o aumento da produção e produtividade do açúcar e derivados, tais como etanol, bio-combustível, bem como encontrar outras oportunidades de mercado, o que esperamos venha acontecer ao longo destes dois dias de Conclave que vamos ter”.

# MISA-Moçambique capacita jornalistas

Por Suizane Rafael

***O capítulo moçambicano do MISA, levou a cabo semana finda na província de Maputo uma capacitação sobre a monitoria à Liberdade de Imprensa.***

***Participaram no evento 20 jornalistas de vários órgãos de informação a nível nacional de rádios, televisão e jornais.***

***Os participantes discutiram temas como Liberdade de Imprensa, Limites à Liberdade de Imprensa, Direito à Informação e Acesso à Informação Pública, Garantias e Responsabilidade Profissional do jornalista, Segredo de Justiça, e Advocacia da liberdade de Imprensa.***

## Os desafios dos jornalistas

O jornalista e editor do SVANA, Fernando Gonçalves, um dos moderadores, afirmou que a Liberdade de Imprensa se enquadra nos Direitos Humanos dos cidadãos.

Gonçalves afirmou que a Constituição da República de Moçambique, consagra esta liberdade através do artigo 48.

Indicou a actual Lei de Imprensa, cuja existência dá abertura para o exercício da actividade jornalística em Moçambique.

“Estes dispositivos legais visam encorajar os jornalistas à escrever livremente e a dar informação ao público. O

acesso à informação não é só para o jornalista, é para toda a população,” disse Gonçalves.

No entanto, os mesmos dispositivos legais fixam alguns limites para os profissionais da comunicação social durante o exercício da sua profissão.

Entre eles, o respeito à vida privada das pessoas, protecção das fontes de informação, princípios éticos muito fortes entre outras coisas.

## Acesso à informação

Sobre alguns aspectos do dia-a-dia do jornalista no acesso à informação, Fernando Gonçalves afirmou que ainda existem problemas ligados a disponibilização de informação pública e privada aos cidadãos.

Deputados da Assembleia da República, estes devem prestar informação ao povo. É preciso combater o secretismo na acção governativa, a imprensa tem o seu papel na mudança de comportamentos dos dirigentes. Os *media* tem o papel de servir de canal de expressão pública,” afirmou Fernando Gonçalves.

## Figuras públicas

Por outro lado indicou que algumas vezes há violações da vida privada de algumas figuras públicas, o que leva o jornalista à barra da Justiça.

Sobre este assunto, o editor do SAVANA é de opinião que “a privacidade do indivíduo, este perde quando o interesse público está acima dele (indivíduo)”, clarificou.

No policiamento da Liberdade de Imprensa e de Expressão, os artigos 48, 49 e 50 da Constituição da República são



Uma parte dos participantes

Citou os casos dos mega-projectos mineiros, cujos contratos não são amplamente divulgados, o recente bypass da MOZAL na Matola.

“Os Direitos Humanos são codificados, porque são Direitos Humanos e inalienáveis, são uma componente da Democracia. Democracia não existe sem livre expressão e liberdade de imprensa. O povo exerce o poder por delegação, ao eleger o Presidente da República, os

importantes.

As Redacções devem estar munidas da Lei de Imprensa e da Constituição da República para evitar contratempos no exercício da profissão.

## Publicidade e censura

Nos dias actuais, várias publicações são confrontadas com a censura e auto-censura. Determinadas

***(Continua na página 9)***



**(Continuação da página 8)**

empresas tem agido contra a publicação de assuntos que ferem a sua imagem, cortando deste modo a publicidade nestes órgãos.

Sobre esta dura realidade, Fernando Gonçalves afirmou que “não é condicionante para a auto-censura nas empresas de comunicação. Nenhuma empresa séria vai deixar de colocar publicidade num jornal sério”, sublinhou.

**Direitos Humanos e a imprensa**

Já o constitucionalista Paulo Comoane dissertou a cerca dos Direitos Humanos e o acesso à informação.

Falou da Constituição da República de Moçambique que reconhece diversos direitos fundamentais aos cidadãos.

Indicou os artigos 56 e 80 como sendo alguns dos quais se pode socorrer para evitar actos ilegais no dia-a-dia.

Muitas vezes os cidadãos são obrigados a cumprir determinadas regras, mas não lhes é permitido saber de acções do Governo e agentes do ESTADO.

“O artigo 56 da Constituição fala dos direitos fundamentais, o artigo 80 diz que nenhum cidadão tem o direito de obedecer uma ordem ilegal. A taxa de radiodifusão não é uma lei, as pessoas pagam por cidadania, as pessoas tem obrigação de pagar impostos, mas tem direitos de exigir explicações ao ESTADO. O acesso à informação deve ser necessário a não ser que haja uma lei escrita que profiba,” disse Paulo Comoane.

Em relação às relações de trabalho do jornalista, a fonte indicou que este deve obedecer ao seu chefe, mas contrasta com a lei de imprensa que promove a livre criação.

“O jornalista deve obedecer ao seu chefe, o jornalista escreve de forma livre, o patrão não pode interferir no quotidiano da publicação,” aclarou.

Para Paulo Comoane, muitas vezes há problemas quando os Direitos

Quando a responsabilidade civil do jornalista em casos que terminam na barra da Justiça, o constitucionalista considerou de perigoso.

**Crimes de imprensa**

O artigo 41 da Lei de Imprensa é uma armadilha para os profissionais de

comunicação social. Qualquer pessoa que se sintá ferida por um artigo, muitas vezes recorre ao Tribunal para processar o jornalista.

“Há verdades que levam o jornalista ao Tribunal, por exemplo, a notícia da apreensão de produtos fora do prazo num estabelecimento comercial por parte da INAE, os donos da empresa podem achar que é calúnia e difamação e levar o jornalista à barra da Justiça. A verdade pode ser calúnia, mas é preciso explorar a



entre o cidadão e o ESTADO não são respeitados.

Os Direitos Humanos vêm reflectidos nos Tratados Internacionais, enquanto que os Direitos Fundamentais estão na Constituição de cada País.

Alguns ESTADOS muitas vezes caíem em turbulências por falta de respeito aos Direitos Fundamentais. O caso recente é o do Zimbabwe, cuja reforma agrária acabou levando o País à bancarrota.

O caso mais recente das medidas do Conselho Municipal da Cidade de Lichinga em multar os comerciantes que darão esmola aos desfavorecidos é um exemplo da violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O direito à alimentação está sendo negado pelo Conselho Municipal da Cidade de Lichinga aos seus cidadãos.

presunção de inocência. Há um conjunto de crimes de imprensa que quando entram na Justiça ganham formato normal. É preciso evitar tocar na vida das pessoas sem uma base. A Lei de Segurança do Estado é uma armadilha para o jornalista. Há também os casos de Segredo da Justiça, muitas vezes os jornalistas escrevem sobre matérias processuais que estão na fase crucial. Os jornalistas correm o risco de serem processados,” finalizou Comoane.

Entretanto, apelou as organizações de advocacia dos *media* e os próprios jornalistas para que aproveitem a actual revisão da Constituição da República para incluir novos elementos importantes para o exercício do jornalismo.

EDITORIAL

## Governo do Niassa devedor

Já é demais senhores e senhoras gestores públicos da província do Niassa. Dívidas existem, mas até este ponto é demais. Em 2010 o Governo da Província do Niassa contraiu dívidas com os transportadores que trabalharam durante a visita do Presidente da República.

Os transportadores deixaram de fazer o seu trabalho diário para alinhar na missão Presidencial pelos distritos do Niassa.

Para pagar, foi uma dança interminável. Reunião aqui, reunião acolá, hora SISTAFE não funciona, hora porque não há liquidez. Depois de dois meses, finalmente pagaram o devido aos transportadores.

Em 2011 o filme voltou à carga. “Precisamos dos vossos carros para a visita do camarada Presidente da República”, lá foi dada a ordem.

Os que tentaram resistir acabaram por aceitar. Andaram em Maúa, Nipepe, Sanga e Mandimba dia e noite. No final não há dinheiro!

Soubemos que até há exigências caricatas para que possam receber o seu dinheiro. “Digam os nomes das pessoas que subiram os vossos carros”, lá se fala no Governo do Niassa.

Senhores, não vamos brincar com assuntos sérios. Os transportadores investiram os seus meios e no fim não lhes querem pagar?

Quem ganha com este tipo de comportamentos senhores directores provinciais? Estarão a amedrontar os transportadores para não lhes pagar o que é seu?

Mais caricato é que na mesma visita, os transportadores que trabalharam com a Presidência receberam os seus ordenados.

O Governo do Niassa é mau pagador! Esta matrícula já ficou registada, razão pela qual o sector privado não desenvolve nesta região.

É muito mau quando agentes do ESTADO tentam usar artimanhas sujas para não pagar ao cidadão por prestar serviço a este mesmo ESTADO.

É muito vergonhoso que um director provincial ande com desculpas rotas e esfarrapadas do tipo onde é que andou o seu carro, diga nome da pessoa que subiu.

Para este tipo de comportamentos sugerimos que se faça um pente fino às contas da visita Presidencial a nível do Governo do Niassa.

Pagar dívidas do sector privado faz bem senhores do Governo do Niassa.

Temos dito!

AMANHECER COOP, Jornalistas Associados

**NUIT 900084072**

CONSELHO DE GESTÃO

Manuel da Silva Quimbine  
(Presidente)  
Eduardo Douglass  
(Vice-presidente)  
Marcelino Rachide  
(Secretário)

**FAÍSCA**

Dispensa de Registo nº 08/GABINFO-DE/99.

*Redacção:* Suizane Rafael chefe. Cell 825280609  
*Colaborador.* Lino Sousa. *Revisão, Maquetização Fotografia e Impressão:* FAÍSCA.

**Av do Trabalho (Oficina do ICM) Lichinga**

# \*Kussowa Cho Chita?

George Walembe

Há uns dias atrás uma amiga trouxe à minha atenção através de um link da RM uma notícia na qual lia-se que a Assembleia Municipal de Lichinga tinha decidido banir as minisaias, como forma de combater a prostituição.

A notícia estava revestida de outros elementos, mas não tardou em se transformar num um tiro que lhes saiu pela culatra aos que decidiram emanar essa decisão. Hoje oiço dizer que foi um mal entendido, houve má fé pelo jornalista que cobriu o assunto, bla-bla-bla, mas em mim não restam dúvidas que isso aconteceu.

Sou natural de Lichinga, e me dou ao luxo de dizer que conheço a dinâmica e as tendências da nossa pequena cidade, com algumas mentes retrógradas e pobres em iniciativa. A típica maldade de gente pouco instruída, mal intencionada que nós qualificamos de “*kaplikoni*”. A única diferença, é que estes *kaplikonis* têm o poder nas mãos.

Tenho que vos dar um cheirinho histórico/geográfico sobre o planalto de Lichinga, para melhor entenderem o que faz dos habitantes dela vítimas de subjugações e repetidos infortúnios por vários fenómenos e eventos socio-culturais. O nome Lichinga provem da língua local Yao, que quer dizer cerca, ou seja vedação em forma circular. O nome vem inspirado de uma cratera enorme que existe na região de Metonha, há

poucos quilómetros da colina principal que constitui o planalto de Lichinga, quem conhece a estrada para Mandimba, saberá onde é.

Para os que estudaram a história de Moçambique, terão ouvido falar do Mataka, este pode até ter sido um monarca, mas que a história responsabilizou-se em reduzi-lo a um simples chefe tribal, mas que o seu reino era vasto, não há sombra de dúvidas. Para vos dar um exemplo da dimensão do seu reinado, o território estendia-se desde o Rio Rovuma, entre o Lago Niassa até ao rio Lúrio até ao planalto de Zomba no actual Malawi, e lá haviam varias outras colinas que acabaram sendo chamadas por **Machinga**.

A maior parte dos habitantes do espaço geográfico que outrora era o reino de Mataka, falam a língua *Chiyao*, é uma etnia com um alto sentido de humildade e que chega a ser confundida com servilismo. A sua tendência mercantil, fez com que os primeiros contactos com os árabes vindos da costa para o interior privilegiassem as trocas comerciais, mas também notória a islamização da maioria.

É bem provável que tenham resistido ao comércio de escravos, a não ser em territórios perdidos, i.e. além rio Lúrio, nas terras de Kuphula Munu, mas que até hoje há poucos vestígios ou evidências de ter sido essa a prática, pode ter sido um negócio que floresceu ou que tenha beneficiado directamente ao chefe Mataka e seus próximos. Deixarei essa

questão para os que sabem mais sobre os Makondes e Makuas.

Como natural da cidade de Lichinga, e que continua com o sonho de um dia essa cidade a alcançar um patamar de harmonia, beleza, simplicidade, sobre tudo agradável para os cidadãos, com o único fim de torna-la numa verdadeira capital dos povos de Niassa.

Em nome de todos que comungam de boa fé num Niassa desenvolvido, gostaríamos que os amigos que estiverem interessados em viver nela respeitem-na com o verdadeiro sentido de patrióticos. Como disse anteriormente, a humildade dos “ayaos” é geralmente subestimada, e alguns chegam mesmo a considera-los como um povo panho e servil.

Os colonialistas portugueses não conseguiram explorar essa humildade para tirar dividendos, tanto mais que o território foi durante longos anos negligenciado com a criação da Companhia do Niassa, e esta acabou sendo cedida num regime de “*lease*” a um consórcio de capitais britânicos e franceses (aconselho-vos a *googlarem* os dados históricos sobre a companhia).

\* **Kussowa cho chita** – em chinyanja – e é uma expressão que vulgarmente se usa para questionar se um individuo esta sem ideias para fazer algo útil e acaba fazendo palhaçadas. Em analogia, isto é o que está a acontecer com a Assembleia Municipal de Lichinga.

**Kaplikoni** – intriguista, zaragateiro.

(Continua na próxima edição)



## Nepotismo no Parlamento infantil

Afinal viajar de avião de borla anima muito. Anima muito que até um director provincial fez CUNHA para que o seu filho fosse lá na reunião infantil a custo ZERO!

Estes directores até envergonham muito. Afinal não ganha o suficiente para pagar bilhete aéreo? Já viu, que discurso vai fazer o seu filho lá em Maputo, se o pai é director provincial...

Os verdadeiros beneficiários da ajuda não apanham, os filhos de chefe é que falam em nome de Lupilichi, Mbamba, Naulala, Meponda, Chissimbir...

Mau exemplo para as crianças, vão pensar que fraude é normal para subir na VIDA, mesmo quando não é a sua vez!

A Direcção Provincial de Saúde do Niassa realizou o XXVIII Conselho Coordenador Provincial. Moçambique tem 36 anos de Independência, mas a DPS do Niassa já realizou 38 conselhos coordenadores provinciais. Será verdade?

*Em Chiconono existe esta placa que identifica uma obra do Presidente da República, Armando Guebuza. Estimado leitor, veja a divisão silábica.*

## ENTRE NÓS

Governo  
do  
Niassa

Não pagou contas dos transportadores da visita Presidencial. Mau hábito e costume.



Ana  
Ismael

A administradora do distrito de Muembe, mandou cancelar a entrega do cheque comunitário em Chiconono só porque queria ser ela a dirigir a cerimónia. Será que não há representação em ocasiões desta natureza?

